

PREVALÊNCIA E PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Maria Cristina Cavaleiro¹

Elisangela Lizzi²

Resumo

Este artigo sistematiza os principais resultados obtidos na pesquisa que buscou caracterizar e estimar a prevalência e percepções de estudantes acerca da violência de gênero em uma universidade pública multicampi do estado do Paraná. Por meio de um estudo descritivo e quantitativo, lançamos um olhar sobre essa realidade que vem ganhando fôlego nos estudos acadêmicos no Brasil. Participaram do estudo 647 de estudantes, que responderam questionários contendo questões abertas, fechadas e mistas. Os dados obtidos indicam a normalização das violências de gênero no ambiente universitário como algo assustador. Frequentemente, a constante vivência das diversas formas dessas violências, expostas nas salas de aula e em outros locais do ambiente universitário - algo que não é visível, embora esteja ao alcance de todos - intensifica o processo de sua invisibilidade no meio acadêmico e reflete na complexidade de sua superação e prevenção. Medo, vergonha, desconfiança e a sensação de impunidade são sentimentos frequentes entre as estudantes, que se sentem negligenciadas pela instituição. As denúncias não são “bem acolhidas”, são desencorajadas e silenciadas para preservar “a imagem da universidade”. Romper com o silêncio e o desestímulo às denúncias de violência de gênero implica desafiar a “ignorância cultivada” e o “direito de não saber” no contexto universitário.

Palavras-chave: Violência de gênero, Universidade, Estudantes.

Abstract

This article systematizes the primary results of a research study aimed at characterizing and estimating the prevalence and students' perceptions of gender-based violence at a multi-campus public university in the state of Paraná, Brazil. Through a descriptive and quantitative study, we examine a reality that has been gaining significant traction in Brazilian academic discourse. The

¹ Graduada em Educação Física e em Pedagogia. Possui mestrado em Educação Física, pela Universidade Estadual de Campinas (2004) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2009). Pós-doutorado em Educação, na Universidade de São Paulo (USP), em 2022. Atua no ensino, pesquisa e extensão no Curso de Pedagogia, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Campus de Cornélio Procopio.

² Bacharel em Estatística pela Universidade Federal de São Carlos (2010), com Mestrado (2012) e Doutorado (2015) em Saúde Pública na linha de Métodos Quantitativos pelo Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Neste momento, é professora adjunta e pesquisadora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Cornélio Procopio. É mãe de um filho nascido em 2008 e atuante na causa de mulheres na ciência.

study included 647 students who completed surveys comprising open-ended, closed-ended, and mixed questions. The findings indicate an alarming normalization of gender-based violence within the university environment. The frequent exposure to various forms of violence in classrooms and other campus locations—phenomena that remain "invisible" despite being omnipresent—intensifies the process of academic invisibility and complicates efforts toward prevention and mitigation. Feelings of fear, shame, distrust, and a sense of impunity are prevalent among female students, who report feeling neglected by the institution. Reports of abuse are often poorly received, discouraged, or silenced to preserve the "university's public image." Breaking the silence and addressing the discouragement of reporting gender violence requires challenging the "cultivated ignorance" and the "right not to know" that persist within the university context.

Keywords: Gender-based violence; University, Undergraduate students.

Introdução

A dificuldade na aceção do que é violência e de que violência se fala é o termo ser polifônico desde a sua própria etimologia. Além da polifonia de significados, a violência “também é múltipla em suas manifestações [...] o que varia são as suas formas de manifestação e as regras sociais que as controlam” (Zaluar *et al*, 1994, p. 30). Portanto, podemos pensar em violências, uma vez que não existe “a” violência e “estas ocorrem em distintas funções, servindo a diferentes destinos” (Zaluar *et al*, 1994, p. 30). Contudo, alerta-nos Maria Cecília Minayo (2005, p. 14) que a maior parte dos desafios para conceituar a violência vem do fato dela ser um “fenômeno da ordem do vivido e cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia”.

Para a Organização Mundial da Saúde, violência é definida como o uso intencional da força física ou poder em forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, “que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações” (Dahlberg; Krug, 2007, p. 1165). Importante destacar que essa definição vincula a intencionalidade com a realização do ato, independentemente do resultado produzido e o acréscimo da palavra “poder”, completando a frase "uso de força física", amplia a compreensão de um ato violento, “expandindo-se o conceito usual de violência para incluir os atos que resultam de uma relação de poder, incluindo ameaças e intimidação” (Dahlberg; Krug, 2007, p. 1165).

Por sua vez, o uso da expressão violência de gênero, conforme Sueli de Almeida, “designa a produção da violência em um contexto de relações produzidas socialmente (...) fundamentada nas relações hegemônicas de gênero presentes em determinada sociedade”. (Almeida, 2007, p. 24). Acrescenta-se que nem toda violência de gênero recai sobre as mulheres, a exemplo daquela praticada contra quaisquer sujeitos, expressões ou estilos de vida que indiquem transgressão ou dissintonia em relação às normas de gênero, à heteronormatividade, à matriz heterossexual. Não obstante, as distintas expressões da violência de gênero têm um caráter sistêmico e estrutural, que pode ser compreendido em um *continuum* que vai desde as pequenas agressões cotidianas (verbais, gestuais) até a violência sexual que ocorre em diversos contextos (tanto domésticos como públicos). Trata-se de “processo macro e micropolítico, que se desenvolve em escala societal e interpessoal” (Almeida, 2007, p. 28).

À primeira vista, as universidades são representadas como templos do conhecimento, espaços privilegiados onde o conhecimento é produzido e disseminado, profissionais do futuro são formados/os e que, por ser um lugar de intelectuais - pessoas que estudam e pesquisam - não existiriam violências de gênero (e suas interseccionalidades) (Porto, 2017). Contudo, em sua complexidade, composta por estudantes, professores/as e funcionários/as, a universidade “não está, obviamente, em um mundo à parte daquele no qual ela se constitui” (D’Oliveira, 2019, p. 3). Mesmo considerando seu cenário de pluralidade de pensamentos, nele se multiplicam manifestações violentas de discriminação e intolerância, sofridas por mulheres e grupos subalternizados na sociedade. É preciso reconhecer que “a desigualdade de gênero está entranhada na sociedade e a universidade não está fora dela”. (Almeida, 2024, p. 169).

A esse respeito, é preciso interrogar essa realidade da qual não existem motivos para se orgulhar: longe de serem refratários à violência de gênero, os ambientes universitários³ são espaços onde ela se expressa, se produz e se reproduz, como acontece em outras esferas sociais. De tal forma, no escopo deste artigo, sistematizamos os principais

³ Acompanhamos a definição “que o ambiente universitário engloba tudo que se relaciona com a universidade, desde que seja criado em consequência dela ou que seja adaptado para ela” (Maito *et. al*, 2019, p. 4). Ou seja, o espaço universitário não é só o espaço físico dentro da instituição, mas sim todo aquele em que as pessoas estão reunidas em função da universidade, como festas e reuniões, por exemplo, que acontecem fora, mas podem ser entendidos como extensivos da universidade.

resultados obtidos em pesquisa que buscou caracterizar e estimar a prevalência da violência de gênero em uma universidade pública do estado do Paraná⁴.

1. Alguns apontamentos de estudos sobre violência de gênero nas universidades

Revisão de estudos realizada por Valls *et al* (2007) sobre a violência de gênero no contexto universitário realça que uma parte importante destas investigações no mundo são desenvolvidas desde as décadas de 1970 e 1980 no Canadá e nos Estados Unidos. Neste último, desde meados da década de 1980, chamava-se a atenção para a passividade das universidades em relação à prevenção da violência sexual e de gênero. Em 1986, o caso de Jeanne Clery, então com 19 anos, estuprada e assassinada em seu dormitório na *Lehigh University*, uma universidade privada em *Bethlehem*-Pensilvânia, foi um marco legal e de mobilização para a realização de investigações visando identificar a magnitude do problema e resultando em regulamentações de vários tipos para tentar prevenir e punir a violência sexual nos campi universitários.

Em virtude do Clery Act, lei sancionada em 1990, as universidades que recebem financiamento federal são obrigadas a informar as agressões que ocorrem em seu campus ou próximo dele (Jee; Good, 2017). Desde então, foram aprovadas medidas para buscar erradicar a violência sexual nas universidades dos Estados Unidos. Em 2013, uma lei passou a vigorar, penalizando as universidades que recebem recursos públicos e não possuem protocolos de atendimento. Contudo, uma pesquisa realizada em 2014 constatou que mais de 40% da amostra nacional de universidades do país não havia conduzido uma única investigação de agressão sexual desde 2009 (U.S. Senate Subcommittee, 2014).

Ainda em 2014, Emma Sulkowicz, então estudante da Universidade de Columbia, em Nova York, foi estuprada em seu dormitório por um estudante de sua universidade. Ela identificou formalmente o aluno na denúncia apresentada na universidade. Sulkowicz formou-se em Artes Visuais, no ano de 2015, e a performance “Mattress Performance (Carry That Weight) (2014-15)” (*Performance do colchão - Ainda Carregando Esse*

⁴ A investigação foi realizada na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), cuja organização multicampi abrange: Campus Cornélio Procopio; Campus Luis Meneghel e Campus Jacarezinho, localizados em cidades da região nordeste do Paraná. O estudo foi submetido e homologado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UENP) (Parecer o n. 3.437.452/2019).

Fardo), foi apresentada como sua tese final. Esse título alude ao juramento que a estudante fez de

carregar um colchão – pesando cerca de 23kg e semelhante àquele em que foi estuprada em seu quarto -, por todo o campus até que seu estuprador fosse condenado e expulso da universidade. Isso não aconteceu e a jovem carregou o colchão até sua formatura. Seu agressor foi inocentado em uma investigação formal realizada pela universidade e, posteriormente, de qualquer acusação criminal, já que a polícia se recusou a se envolver no assunto, dizendo que não havia motivos suficientes para justificar tal investigação (Barbosa, 2022, p. 69, tradução nossa).

A questão do abuso e da violência sexual em campi universitários em outros países, explorada no estudo coordenado por Thomas Feltes (2012) com coleta de dados de 35 universidades, localizadas em 5 países europeus (Alemanha, Espanha, Itália, Polónia, Reino Unido), revelou que, em média, “mais da metade da população universitária (60,7%) sofreu pelo menos uma situação de assédio sexual durante seu tempo na universidade” (Feltes, 2012, p. 21, tradução nossa).

No continente americano, pesquisa realizada na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), em 2013, apontou que entre estudantes, a frequência de assédio sexual é de 43% para as mulheres e 27% para os homens (Buquet *et al.*, 2013). Investigações posteriores evidenciam um sexismo arraigado na UNAM, que se manifesta seja de maneira sutil ou escancarada, além de uma posição institucional de “cegueira, surdez e silêncio” (Mingo; Moreno, 2015, p. 16, tradução nossa) à violência de gênero. Na Inglaterra, uma publicação extensa de série de artigos no jornal *The Guardian*, em 2017, traz relatos que afirmam que as universidades não souberam lidar bem com os casos e tendiam apenas a abafar, evitar escândalos e minimizar as denúncias (Almeida, 2024).

No Brasil, bem como em outros contextos institucionais ao redor do mundo, a violência de gênero nos ambientes universitários não é recente, ainda que nos estudos acadêmicos a temática tenha ganhado fôlego e maior visibilidade, enquanto um fenômeno social, da ordem institucional e estrutural das desigualdades de gênero, apenas a partir da década de 2000 (Almeida; Zanello, 2022).

Em 2014, as denúncias de violências sexuais contra estudantes universitárias, feitas à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, resultaram em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigação de violações de direitos humanos nas

universidades paulistas⁵. O relatório final dessa CPI repercutiu nacionalmente e identificou diversas formas de violência, dentre elas, a violência sexual contra mulheres, responsabilizando politicamente as universidades por sua ocorrência (Maito; Panúncio-Pinto; Vieira, 2022). Até então, eram poucos os “casos denunciados oficialmente” em decorrência do próprio esforço institucional para invisibilizar, silenciar e deslegitimar o problema. Nessa Comissão, as universidades foram consideradas responsáveis (ou ao menos cúmplices) por omissão de violações aos direitos humanos. A esse respeito, Heloísa Buarque de Almeida (2024) destaca que a CPI expunha como as estruturas burocráticas das faculdades dissuadiam o encaminhamento de denúncias formais à polícia ou órgãos universitários, “perpetuando omissões institucionais” (Almeida, 2024, p. 108)

Métricas estatísticas acerca da violência nas universidades são provenientes da pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário” (Instituto Avon/Data Popular, 2015). A pesquisa agregou relatos⁶ *online*, via internet, obtidos de 1.823 estudantes, sendo 60% de mulheres e 40% de homens, das cinco regiões do país. A faixa etária da maioria delas/es variava de 16 a 25 anos (51%), enquanto as classes econômicas predominantes de todo o universo de participantes eram a classe média (53%) e a alta (36%). Os resultados revelaram que fazem parte do cotidiano universitário o assédio sexual (cantada ofensiva, comentários com apelos sexuais), a coerção (ingestão forçada de bebidas alcoólicas, ser drogada sem conhecimento), a violência sexual (estupro, ser tocada sem consentimento, ser forçada a beijar alguém), a violência física (sofrer agressão física), a desqualificação intelectual (desqualificação ou piadas ofensivas, ambos por ser mulher) e a agressão moral/psicológica (humilhação por professores e alunos, ofensas, ser xingada por rejeitar investida, músicas ofensivas cantadas por torcidas acadêmicas etc.).

No campo das mobilizações para além dos muros das universidades, uma onda de exposição em eventos, cartazes e formas alternativas de compartilhamento em redes sociais deslocaram a invisibilidade e a ausência de denúncias formais de casos de assédio sexual e machismo nas universidades brasileiras, como por exemplo, a página “Meu

⁵ A CPI sobre as *Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas*, ficou conhecida na mídia paulista como a “CPI do Trote”.

⁶ A coleta de dados dirigiu-se a estudantes universitárias/os matriculadas/os em cursos de graduação e pós-graduação, entre os meses de setembro e outubro de 2015.

professor abusador”, criada em 2016, recebendo à época, por volta de 600 relatos em três dias (Themis, 2016).

Em 2019, foi apresentado pelo portal de notícias *The Intercept* Brasil, um levantamento que indica que, desde 2008, mais de 550 mulheres – entre estudantes, funcionárias e professoras - foram vítimas de algum tipo de violência em instituições de ensino superior brasileiras (Sayuri; Sicuro, 2019). O maior número de registros aconteceu em 2018, com 51 denúncias. Até setembro de 2019, anotaram-se 23 denúncias. As porcentagens apresentadas foram contabilizadas por denúncias reportadas à imprensa e/ou por movimentos estudantis, portanto, a realidade em percentual pode ser ainda maior. Esses episódios aconteceram em 122 instituições, 34 delas privadas e 88 públicas: quase 80% das violências aconteceram nos campi (9 delas dentro do banheiro e 5 nas moradias universitárias) e arredores (área de estacionamento e pontos de ônibus, por exemplo). Outros ocorreram na internet, jogos universitários e repúblicas de estudantes. Em 60% dos casos os agressores eram estudantes; em 45% docentes – os demais ou não foram identificados ou não eram diretamente vinculados às universidades, como técnicos terceirizados ou operários de construções também terceirizadas (Sayuri; Sicuro, 2019).

Na coletânea *Panorama da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*, publicada em 2022, as pesquisas apontam que os principais alvos de assédio são as mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+. As violências são diversas, abrangendo desde desqualificação intelectual e perseguições, comentários constrangedores de cunho sexual, estupros, feminicídios e, inclusive, assédios que acarretam suicídios. Ainda assim, reverbera a postura institucional de silenciamento (Almeida; Zanello, 2022).⁷ Estudo conduzido pela Academia Brasileira de Ciências (ABC, 2024), relata que 47% das mulheres já sofreram assédio sexual e 67% foram vítimas de assédio moral durante a carreira.

Enfim, a violência de gênero na universidade pode se manifestar por meio de um "currículo oculto", um conjunto de práticas, dinâmicas e interações sutis que não estão explicitamente previstas no currículo formal, mas que reproduzem desigualdades e

⁷ O documentário “Rompendo o Silêncio” apresenta, com base em pesquisas na área, uma minissérie com cinco episódios que relatam a violência sofrida dentro de universidades brasileiras, contextualizando os abusos e atrelando narrativas pessoais e diálogos com estudiosos do tema, com a situação nacional. Para Giuliano Cedroni, um dos diretores do documentário, “o mais chocante foi ver a quantidade e os requintes de crueldade que existem nos mais variados tipos de violência que acontecem dentro do ambiente universitário brasileiro” (Glamurama, 2021, s/p).

discriminações de gênero no ambiente acadêmico. Esse currículo oculto abarca comportamentos, posturas, formas de participação em sala de aula e relações de poder que silenciam ou invisibilizam as mulheres e outras identidades de gênero (Cerezetti *et al*, 2019). Logo, revelar essa violência no ambiente universitário é fundamental para o seu enfrentamento.

Nessa direção, apresentamos os principais resultados obtidos em pesquisa que procurou caracterizar e estimar a prevalência da violência de gênero na Universidade Estadual do Norte do Paraná. O percurso metodológico do estudo consistiu em um estudo descritivo e quantitativo, pois teve como objetivo conhecer características específicas da temática abordada (Lakatos; Marconi, 2003) de forma transversal para trazer um retrato situacional. Para a coleta de dados, delineou-se o inquérito (Babbie, 1999).⁸ O levantamento das informações foi realizado por meio de um questionário eletrônico estruturado, elaborado com 30 perguntas fechadas, abertas e mistas, com autopreenchimento pela internet⁹, com a etapa anterior de aceite do termo de consentimento, previsto também de forma online, conforme processo do comitê de ética em pesquisa. Algumas questões ofereciam possibilidade para assinalar várias alternativas nas respostas.

A partir das informações obtidas nessa amostra, procedeu-se à análise quantitativa e qualitativa dos dados, com uma breve descrição dos achados, utilizando medidas descritivas como frequência e percentual, bem como gráficos ilustrativos. Para análise das respostas abertas, os resultados foram sumarizados, destacando-se as expressões mais frequentes, e utilizou-se uma análise do conteúdo dessas respostas, visando desvendar as representações e percepções que as pessoas constroem sobre suas experiências de vida, sentimentos e pensamentos (Minayo, 2001).

Por fim, consultamos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da universidade - vigente no período de 2019 a 2023 (UENP, 2019). O documento, tem

⁸ A população total de estudo foi composta por 4.341 estudantes, maiores de 18 anos, matriculados/as e com frequência regular nos cursos de graduação (bacharelados e licenciaturas), ofertados nos períodos matutino, vespertino e noturno, distribuídos (as) em cada um dos três campus da universidade. Considerando a organização multicampi, o delineamento amostral da pesquisa foi feito com base em cálculo estatístico utilizando-se definições de amostragem aleatória estratificada com cotas proporcionais aos tamanhos dos campi, na qual cada estrato refere-se a cada um dos campus.

⁹ O período da coleta de dados esteve aberto entre os meses de setembro até novembro do ano de 2019, com envios recorrentes semanais para a listagem de estudantes elegíveis. O questionário foi validado previamente pela equipe de pesquisa em estudo piloto.

caráter oficial e normativo (Brasil, 2004), é disponibilizado publicamente e representa um importante instrumento de gestão universitária, podendo assegurar objetivos, metas e estratégias, pelo menos pelos quatro anos seguintes ao momento em que foi aprovado. Como forma de triangular os achados da pesquisa com o discurso oficial vigente no ambiente acadêmico, buscamos identificar se o reconhecimento das desigualdades e violências de gênero foram mencionados nesse documento, assim como outras violações de direitos humanos e a previsão de políticas de prevenção, enfrentamento e monitoramento desses problemas sociais.

2. Romper o silêncio: assolar a cultura da ignorância e o "direito de não saber" no contexto universitário

Encerrada a coleta de dados, obteve-se uma amostra consolidada com 647 estudantes respondentes. Informações do perfil sociodemográfico obtidos na pesquisa demonstram maior proporção de estudantes respondentes na faixa etária igual ou inferior a 23 anos (81%), 71% do sexo feminino¹⁰, 65% pessoas brancas, 32% pretas/pardas, 1,5% amarelas e 0,5% indígenas. Quase metade destas/es estudantes declararam seguir a religião católica (48,8%) e 18,3% a religião evangélica. Por sua vez, 24,3% declararam-se “sem religião”. Outras preferências religiosas foram afirmadas por 8,6%.

Para 95,1% das/os estudantes “a sociedade brasileira é racista”. Ao responderem sobre o próprio preconceito, 94,9% afirmaram “não ser racista”. Ou seja, todo mundo sabe que existe, mas ninguém acha que é racista (Instituto Humanitas Unisinos, 2020). Refere-se ao fenômeno de imputar preconceitos aos demais sem identificar o próprio (Venturi, 2010). Ao serem indagados (as) sobre o preconceito em relação à população LGBTQIA+¹¹, 91% afirmaram “não ter nenhum preconceito”. Ter “um pouco” ou “muito preconceito” foi declarado por 9,0%. Ainda, a intersecção de gênero e religião mostra que

¹⁰ No presente artigo, os percentuais e números de algumas respostas foram desagregados considerando “sexo feminino” e “sexo masculino”.

¹¹ A sigla LGBTQIA+ representa uma comunidade diversificada, com cada letra representando diferentes orientações sexuais e identidades de gênero: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras. O “+” indica a inclusão de outros grupos e variações que não se encaixam nessas categorias.

os homens possuem quase duas vezes mais tendência de serem preconceituosos em relação às pessoas LGBTQIA+, em comparação com as mulheres, e as pessoas que declararam religião têm maior chance de ter preconceito, relativamente às pessoas não religiosas.

Sobre a percepção de alguma situação de violência na universidade, no total, 55,3% (358 estudantes) afirmam ter presenciado uma ou mais situações.¹² Entre as situações de violência mais prevalentes: comentários e piadas sexistas e machistas sobre mulheres, comentários sexistas sobre a capacidade intelectual das mulheres; comentários alegando inferioridade das mulheres ou seu lugar na sociedade, comentários desagradáveis sobre a maneira de se vestir, comentários com conotações sexuais que desagradam ou humilham e rumores sobre a vida sexual, piadas com conotações LGBTfóbicas. São atos sexistas cotidianos que carregam riso e vergonha e performam hierarquias de gênero, silenciando e normalizando discriminação em salas de aula e corredores do ambiente universitário. Sobretudo, demonstra-se uma experiência contínua de estar em um ambiente afetado por discriminação sutil, uma cultura que se revela nas salas de aula sob o olhar indiferente de certos docentes e em outros locais da universidade (Almeida, 2024)

O assédio sob a forma de “perturbações e medo por comentários, olhares” é reconhecido por 44%; “intimidações ou ameaças” (38%); e “pressões para manter relações sexuais” (18%). No que tange à violência sexual - na forma de aproximações não consentidas, tais como toques corporais etc. e estupros -, a intensidade do reconhecimento dessa situação nessa universidade é de 15%. Se, em uma perspectiva geral, o número de respostas afirmativas (53 pessoas) parece baixo em relação ao total de estudantes, convém destacar que se trata de testemunhar um crime (o estupro).

Estes dados corroboram um "coquetel de violências" (Santos, 2019) presente no ambiente universitário, expondo um cenário de práticas machistas e sexistas, que geram e perpetuam discriminação e violência de gênero contra mulheres, principalmente, mas também contra aqueles que não se ajustam às normas e padrões de gênero codificados como "masculino" e "feminino" e à sexualidade considerada como legítima (a heterossexualidade) (Cavaleiro e Lizzi, 2024).

¹² Questão de múltipla escolha, portanto, a/o estudante poderia assinalar um ou mais de um item como resposta.

A violência moral, caracterizada pela agressão emocional, mesmo que não seja intencional ou consciente, “cujas consequências diferem da violência física - geralmente visíveis e denunciáveis” (Segato, 2003, p. 115, tradução nossa), é extremamente danosa. Isso pode ocorrer sem qualquer agressão verbal e se manifesta através de “ridicularização, coação, suspeita, intimidação, condenação da sexualidade e desvalorização diária da mulher, manifestando-se exclusivamente por meio de gestos, atitudes e visual” (Segato, 2003, p. 115, tradução nossa).

A sala de aula apresentou a maior porcentagem de indícios de violência (66%), seguida por áreas externas da universidade (57%), festas universitárias (21%), residências estudantis (12%) e cantina (12%). É válido destacar que 6% das respostas também apontaram laboratórios de pesquisa e salas de professores. Essas informações reforçam as situações encontradas no estudo conduzido por Aida Montrone *et al.* (2020). Contudo, em relação às festas universitárias, é relevante levar em conta a reflexão de Rogéria Martins *et al.* (2021) acerca do perigo de "considerar qualquer festa como um sinônimo de locais de abusos", mesmo que nesses eventos ocorram episódios de violência, “principalmente pelo uso ou indução ao uso abusivo de álcool e outras drogas que possam fazer estudantes ficarem inconscientes e suscetíveis à prática de abusos e violências” (Martins *et al.*, 2021, p. 110).

Em outra pergunta, indagamos se as/os estudantes denunciam a (s) violência (s) e, por meio de uma questão aberta, solicitamos seus relatos sobre as possíveis razões para encaminharem ou não as denúncias sobre a violência no contexto universitário. As respostas apresentam que um número significativo de participantes, aproximadamente 81% (n=524), não faz qualquer reclamação ou denúncia. Desse universo de respostas, 77% (n=403) são de estudantes do sexo feminino e 2% (n=11) correspondem a estudantes LGBTQIA+. Os fragmentos dos relatos obtidos na questão aberta, indicam que o medo e a vergonha (termos mais mencionados nas 524 respostas) são as principais razões pelas quais as estudantes não denunciam: “ninguém fala. Vergonha de ser ouvida com indiferença”; “não denunciam. Medo e vergonha, porque a universidade culpa a vítima”; “tem perguntas que fazem que colocam mais vergonha nas meninas, culpando”, “medo porque a universidade provavelmente não irá tomar nenhuma providência a respeito e a pessoa ficará sozinha e marcada”; “medo no caso em que o ofensor é alguém do corpo docente, medo de ser perseguida posteriormente”; “vergonha de ser exposta, à toa, ninguém vai dar ouvidos”; “vergonha de ser exposta a situação vexatória e se a situação

não for tratada com a devida importância [vai] ser motivo de piada”. “medo, pois não saber como falar e com quem falar e achar que não vão acreditar”.

Medo e vergonha são vulnerabilidades que repercutem das relações sociais desiguais de gênero, pois ainda que sejam expressões da individualidade das estudantes, são sentimentos “socialmente construídos e criam barreiras para visibilizar a situação de violência vivida [...] e são limitadores para a superação dessas violências” (Terra; D’Oliveira; Schraiber, 2015, p. 121). Ainda pontuamos, com Sara Ahmed (2004), que a regulação dos corpos no espaço se dá, muitas vezes, por meio de uma distribuição desigual de medo [e faz com que] “os espaços se tornem **territórios que são reivindicados como um direito por algumas pessoas, mas não por outras**” (Ahmed, 2004, p.70, tradução nossa, grifos nossos).

Os depoimentos das estudantes, ainda em suas respostas sobre o motivo do silenciamento em relação às denúncias, confirmam que elas não são "bem recebidas". São desencorajadas:

“Até pedem para conversar em alguns casos, mas só para perguntar o que se sabe e pedir para não falar mais, para não ‘manchar’ o nome da Universidade”; “pedem para registrar provas e dizem que não basta ser assim, só falar”; “falar com a direção não adianta nada, só escutam e ninguém não faz nada”, “não fazem nada, pedem para ter cuidado e não ficar falando”, “todo mundo fica sabendo e fica um clima tenso e ninguém mexe com isso, pedem para não falar, não comentar, para não ficar mal para a imagem da universidade”, “por isso ninguém fala”, “não vão fazer nada e para não ficar falada é melhor deixar pra lá”, “para a mulher é muito sério, dá medo e às vezes é melhor até esquecer que aconteceu”.

Nesse sentido, romper com o silêncio e o desestímulo às denúncias de violência de gênero implica desafiar aquilo que Araceli Mingo e Hortensia Moreno (2015) denominaram de “ignorância cultivada” e o “direito de não saber” no contexto universitário. Esses conceitos fazem referência aos mecanismos institucionais que dificultam a denúncia e apuração de casos de violência, evitando que ela seja reconhecida como um problema estrutural que afeta profundamente a experiência das mulheres e quaisquer pessoas, expressões ou modos de vida que sugiram transgressão ou desacordo com as normas de gênero, à heteronormatividade e à matriz heterossexual.

A “ignorância cultivada” envolve o silêncio, a desconsideração de denúncias e a minimização dos relatos de violência, contribuindo para a invisibilização da violência de

gênero dentro da instituição. O “direito de não saber” abrange o desejo ou a expectativa de muitas pessoas – respaldadas pela cultura machista - integrantes da comunidade acadêmica, de permanecerem ignorantes ou alheias à verdadeira dimensão da violência de gênero, protegendo, assim, essa estrutura de poder que sustenta a violência. São os mecanismos institucionais que permitem ou até asseguram a certas autoridades, membros ou setores das universidades a escolha de se manterem intencionalmente ignorantes sobre casos de violência de gênero (Mingo; Moreno, 2015). Mesmo após receber reclamações ou denúncias, os fatos são ignorados, e a instituição adota posturas defensivas ou vê a denúncia de assédio como uma ameaça à imagem da universidade.

Os/as estudantes expuseram, em uma questão aberta, suas sugestões para a prevenção da violência de gênero no ambiente universitário. Podem ser tomadas como reclamações, pois nessas respostas, retornou com muita ênfase o tema das denúncias. Em síntese, os depoimentos solicitaram que a universidade constitua e divulgue um órgão específico (“um lugar para falar”) que receba as denúncias e seja publicizado (“fazer e mostrar que tem preocupação e espalhar cartazes informando”; “divulgar onde pode reclamar”; “um local seguro e sigiloso para poder falar e denunciar”). Também reivindicam a adoção de medidas disciplinares (“contra as pessoas que cometem a violência”; “quem fez tem que ser punido”, “que puna quem deve ser punido”). Esses dados corroboram com a pesquisa do Instituto AVON/Data Popular (2015), que revelou que 95% de estudantes universitárias mulheres e 88% de estudantes homens concordam que a instituição de ensino superior deveria criar meios de punir os responsáveis por cometer violências na instituição.

Além disso, as estudantes (sexo feminino = 75% das respostas) solicitam o amparo às pessoas que são vítimas de violência nos campi: “um serviço que ajude as pessoas”, “precisa de amparo, acompanhamento psicológico”, “equipe para ouvir e dar confiança quem sofre, para a vítima”, “quem precisa falar precisa muito de apoio”, “sem apoio e confiança ninguém fala”. Interessante notar que esses relatos vêm acompanhados não apenas da demanda por “especialistas” (profissionais da psicologia), mas da emergência da garantia de confiança (“amparo ou apoio”).

A esse respeito, Heloisa Buarque de Almeida explana, com acuidade, sua experiência na aprendizagem do acolhimento, realizada junto a outras profissionais na Rede Não Cala. De acordo com a pesquisadora, uma queixa nem sempre resulta em

denúncia, já que solicitar acolhimento é uma coisa, enquanto exigir investigação ou punição é outra, e

[...] para o acolhimento não menos importante é poder falar sem ser julgada, para poder superar a dor silenciada anteriormente, **falar era o caminho para que uma sensação de certo alívio se expressasse em poder nomear o ocorrido**. Recusando inicialmente com horror a ideia de ter sofrido um estupro ou de ter sido vítima, muitas vezes nomear o ocorrido foi vivido como um passo importante para poder superar de certo modo a dor silenciada anteriormente. (Fiori, 2020, p. 29, grifos nossos).

Nos relatos das respostas sobre as sugestões para a prevenção da violência de gênero no ambiente universitário, os/as participantes ainda afirmaram que o diálogo sobre violência de gênero no âmbito da universidade é escasso e esporádico. Recomendam que a universidade tenha “disciplinas”, “aulas em todos os cursos que falem sobre gênero e violência contra as mulheres”, “cinema sobre vários temas como direitos LGBT”, “rodas de conversa sobre preconceitos”. Também sugerem ampla divulgação e espaços de debates sobre esta temática, entendendo que isso “ajuda a esclarecer mais e cria mais consciência”, “porque tem até professor – homem – e mulher também, que precisa saber mais”. De acordo com relatos, os debates sobre o assunto não têm continuidade no cotidiano universitário:

“até são realizados”, “são realizados de vez em quando”, “tem no meu curso, numa disciplina, é muito bom, mas fica só ali”, “teve no começo do ano”, “é bom, mas não segue, fica só naquele dia”; “não completam as orientações”; “é bom, chama a atenção, mas depois não acontece mais nada”; “nem sei se algum curso realiza e as palestras não acontecem para toda a universidade”.

As informações obtidas a partir desses dados sobre a prevalência e percepções dos estudantes em relação à violência de gênero na universidade, permitem afirmar que trata-se de um cenário alarmante, carregado de medo, vergonha, desconfiança e de sensação de impunidade, sentimentos frequentes entre as estudantes, que se sentem desprezadas pela instituição. As denúncias não são “bem acolhidas”, são desencorajadas e silenciadas para preservar “a imagem da universidade”. É importante salientar que as/os próprios/as estudantes - homens e mulheres - reconhecem a importância de um amplo processo de

“letramento de gênero” para a comunidade universitária (aulas nos cursos, debates, cinema, rodas de conversa).

Para triangular os achados, detemo-nos inicialmente na leitura do Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade (UENP, 2019), procurando identificar, ao longo do texto, trechos que mencionassem o reconhecimento das violências sexuais, violência de gênero, violência contra mulheres no ambiente universitário e, ainda, se o documento aludia às políticas de prevenção, enfrentamento e monitoramento desses problemas sociais nesse ambiente. Para tal finalidade, realizamos uma busca nessa normativa, inserindo os seguintes termos: gênero; desigualdade; violência sexual; violência de gênero; direitos humanos; mulheres; diversidade.

A seguir, apresentamos uma tabela sintetizando a frequência de citação destes termos no PDI¹³:

Tabela 1. Termos e frequências de citação no PDI/UENP-2019/2023.

gênero	desigualdade	violência sexual	violência de gênero	direitos humanos	mulheres	diversidade
0	2	0	0	19	2	10

Fonte: Autoria própria

Após essa busca pelos termos realizamos uma leitura do texto do PDI, nas seguintes partes: Apresentação; Valores da UENP e Princípios Filosóficos. Em sua Apresentação, o documento registra que tem como finalidade expressar “o conjunto de metas e ações que a comunidade universitária entende ser indispensável à estruturação e ao desenvolvimento da Universidade Estadual do Norte do Paraná” (UENP, 2019, p. 1) e, ainda, que a elaboração dessa normativa, representa um esforço coletivo e

uma reflexão sobre o papel social da UENP, no intuito de alcançar sua visão de ser uma universidade protagonista do desenvolvimento regional, inovadora, democrática e inclusiva, referência na educação superior pública de excelência, ultrapassando fronteiras linguísticas, culturais e geográficas (UENP, 2019, p. 1)

¹³ O documento contém 413 páginas.

Do conjunto dos “Valores da UENP” expressos no Plano, destacamos: “ideais democráticos; diversidade e inclusão social” e “humanização – busca da unidade, tratamento com polidez e justiça” (UENP, 2019, p.17). Em seus Princípios Filosóficos, o documento anota a importância de uma “conduta ética em todos os setores da Universidade com estrita observância dos princípios de legalidade, imparcialidade, moralidade, publicidade, valorização e respeito à diversidade” (UENP, 2019, p. 100). O compromisso da universidade com a produção de conhecimento tem como finalidade contribuir “para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática” (UENP, 2019, p.119). Em breve passagem, o PDI menciona que a universidade também apoiará “a atuação dos órgãos e instituições que trabalham com a temática de defesa dos direitos das mulheres e contenção da violência doméstica, contribuindo para a divulgação e efetivação da Lei Maria da Penha” (UENP, 2019, p. 191).

Dessa maneira, constatamos que, além da absoluta ausência de citação dos termos relativos à violência sexual, violência de gênero ou gênero (conforme exposto na tabela 1), também não foram mencionadas quaisquer ações e políticas - ou, ainda, valores da universidade - que estejam relacionados de forma implícita ou explícita à prevenção à violência de gênero, contemplando aspectos educacionais, culturais e institucionais. Ao traduzir os parâmetros que balizam eixos e metas norteadoras da gestão universitária, o PDI enfatiza e celebra a importância e o potencial da “inclusão social” e de uma política institucional de direitos humanos fundamentada na “valorização das diferenças e das diversidades” (PDI, 2019, p. 90). No entanto, negligencia entender o combate ao assédio sexual ou qualquer outra forma de violência de gênero como um compromisso dessa política. É importante lembrar que quando a violência de gênero é praticada, ao menos dois direitos humanos são violados: o direito a uma vida digna e livre de violência.

Considerações finais

Neste artigo, analisamos os achados relacionados à prevalência e percepções dos estudantes em relação à violência de gênero no ambiente universitário. Com suas delimitações e limitações – o estudo foi realizado apenas em uma universidade pública - não temos a intenção de generalizar seus resultados. Levando em conta a escassez de

trabalhos no cenário brasileiro (Bellini, *et al* 2022), o objetivo foi contribuir para a discussão do problema em estudo transversal como um retrato situacional.

Considerando os resultados apresentados, a violência de gênero faz parte da cultura institucional e se expressa abertamente no ambiente universitário da UENP, através de formas naturalizadas de caráter claramente sexista, intensificando situações de assédio e violência contra a mulher (ou o que é categorizado como feminino). Frequentemente, essa constante vivência das diversas formas dessa violência, expostas nas salas de aula e em outros locais do ambiente universitário, como algo que não é visível, embora esteja ao alcance de todos, intensifica o processo da violência no meio acadêmico e reflete na complexidade de sua superação e prevenção. Os casos são tratados como “episódios isolados e individuais”; com excesso de burocracia; e adota-se uma postura institucional defensiva, como se a denúncia da violência sofrida fosse um ataque à imagem da instituição.

De acordo com Heloisa Almeida (2024), os gestores universitários, ocupantes de cargos – quase sempre de modo bastante masculinizado – demandam que as denúncias sejam feitas de modo formal e exigem que sejam enviadas provas. Desconhecem (?) que, são poucas as universidades brasileiras que contam com mecanismos formais e órgãos adequados ao atendimento dos casos (Almeida, 2024).

Finalmente, se o documento do Plano de Desenvolvimento Institucional da UENP procede de esforço coletivo empreendido por representantes dos diferentes setores da comunidade acadêmica, apreende-se que a ausência de quaisquer políticas e ações, ou, ainda, valores da universidade que se vinculam explicitamente à prevenção à violência de gênero, reflete no “silêncio que berra”: uma omissão flagrante para atender às queixas, prevenir a reincidência deste tipo de conduta nesse ambiente e formular políticas públicas institucionais. Nos impele a ponderar que o discurso oficial sobre a defesa de direitos humanos “não passa de uma ilusão que oculta hierarquias, privilégios e poderes estabelecidos” (Mingo; Moreno, 2015, p. 16, tradução nossa).

Vale lembrar Sara Ahmed (2004), que afirma que o silêncio relacionado à violência é um silêncio carregado de vergonha e medo, produzido socialmente e corporalmente, que impede a expressão do sofrimento e funciona como forma de violência simbólica. Esse silêncio contribui para a perpetuação das violências, pois ao não serem denunciadas ou acolhidas, as experiências das vítimas são invisibilizadas e os agressores seguem impunes.

As pesquisas que procuram avaliar o impacto negativo da violência de gênero no dia a dia universitário destacam a relevância de mecanismos para estabelecer diretrizes e protocolos de prevenção e combate, com o objetivo de estabelecer práticas que resistam à sua incidência (Furlin; Delgado, 2024) e, por conseguinte, cogitam a importância em entender os retratos das violências para propor intervenções eficazes para as universidades.

Por sua vez, para combater a discriminação de gênero, o assédio e a violência sexual na instituição, estudantes que responderam à esta pesquisa reivindicam questões cruciais: efetivação de canais de denúncia e de acolhimento; métodos para produzir e disseminar informações, conhecimentos e saberes; e um processo de educação que promova o letramento de gênero, isto é, “que proporcione palavras que visibilizem vivências amplamente naturalizadas e, por isso mesmo, não identificadas, seja pelas meninas/mulheres que sofrem, seja pelos próprios meninos/homens” (Zanello, 2022, p. 1351).

Em última análise, consideramos que indivíduos que desfrutam de privilégios no ambiente universitário optam por não refletir ou simplesmente recusam-se a considerar em que medida são favorecidos pelas relações de poder nas quais estão inseridos. Portanto, é necessário e premente desnaturalizar essa violência e isso significa pensarmos nos compromissos específicos e no estabelecimento de políticas institucionais com o objetivo essencial de modificar a cultura e as estruturas sexistas.

Trata-se de compreender a violência de gênero como um problema público e político, e não como um fenômeno isolado ou irrelevante no ambiente universitário. Para superar a produção e manutenção do não saber como condição de controle ou manutenção de estruturas de poder, no contexto universitário, é fundamental dizer “não” ao mundo que legitima tais práticas ou atitudes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC. ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. No Brasil, uma a cada duas mulheres cientistas sofreu assédio sexual. 10 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.abc.org.br/2024/01/10/no-brasil-uma-a-cada-duas-mulheres-cientistas-sofreu-assedio-sexual/>. Acesso em: 6/09/ 2025.

AHMED, Sara. **The cultural politics of emotion**. New York: Routledge, 2004.



ALMEIDA, Heloisa B. de. A visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades. Em: ALMEIDA, Tania M. Campos de; ZANELLO, Valeska (org). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 195-220.

ALMEIDA, Heloisa B.de: **Entre segredos posts e notícias: a construção pública de categorias de violência sexual**. Rio de Janeiro, Papéis Selvagens, 2024. Disponível em: <https://papeisselvagens.com.br/produto/entre-segredos-posts-e-noticias-a-construcao-publica-de-categorias-de-violencia-sexual-pdf-livre/> Acesso em 10/07/2025

ALMEIDA, Suely de S. Essa Violência mal-dita. In: ALMEIDA, Suely de S. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.
ALMEIDA, Tania M. Campos de; ZANELLO, Valeska (org). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BARBOSA, Maria E. Todavía cargando este fardo: Situación y estado actual de la violencia de género en las universidades en EE. UU. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v.8, p. 69-82, Edição Especial 2, 2022. [on line] Disponível em: <http://doi.org/10.36311/2447-780X.2022.v8esp2.p69>. Acesso em 12/04/2023.

BARRETO, Magali. Violencia de género y denuncia pública en la universidad. **Rev. Mex. Sociol**, Ciudad de México , v. 79, n. 2, p. 262-286, jun. 2017. [on line] Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032017000200262&lng=es&nrm=iso. Acesso em 10/04/ 2023.

BELLINI, Daniela M. G.; MELLO, Roseli Rodrigues de. As contribuições científicas para a prevenção e superação da violência de gênero nas universidades. Em: ALMEIDA, Tânia M. C. de; ZANELLO, Valeska. (orgs) **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino- americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022.

BRASIL. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - Diretrizes para Elaboração, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. 2004.

BUQUET, Ana; COOPER, Jennifer; MINGO, Araceli; MORENO, Hortensia. **Intrusas en la universidad**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013. [on line] Disponível em: <https://cieg.unam.mx/img/igualdad/intrusas-en-la-universidad.pdf>. Acesso em 12/06/2020.



CAVALEIRO, Maria Cristina; LIZZI, Elisangela Aparecida da Silva. Violência de gênero na universidade: resistências para além de silêncios e omissões. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/olhares.2024.v12.15585>. Acesso em 12/04/2025.

CEREZETTI, Sheila Christina Neder (org). **Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?** São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação; Faculdade de Direito da USP, 2019. E-book.

DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, 11(Sup): 1163-1178, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000500007>. Acesso em 12/04/2023.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia. Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e190650, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190650>

FELTES, Thomas; BALLONI, Augusto; CZAPSKA, Janina; BODELÓN, Encarna; STENNING, Philip. **Gender-based violence, stalking and fear of crime: research project 2009-2011 research report**. Bochum: Ruhr-Universität Bochum, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2NAtlTB>. Acesso em: 14/05/ 2020.

FIORI, Ana Letícia de. Para enfrentar a violência sexual nas universidades, o tripé: acolhimento, normas específicas e educação: Entrevista com Heloísa Buarque de Almeida. **Ponto Urbe**, São Paulo, Brasil, v. 26, p. 1–24, 2020. DOI: [10.4000/pontourbe.8702](https://doi.org/10.4000/pontourbe.8702). Disponível em: <https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/219739>. Acesso em: 8/10/ 2022.

FURLIN, Neiva; DELGADO, Ana. Cristina C. Enfrentamento da violência de gênero em universidades federais brasileiras: Mapeamento dos mecanismos institucionais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, e024138, 2024. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v19i0019023>. Acesso em 12/02/2025.

GLAMURAMA. “Assustador o que se passa nas maiores universidades brasileiras”. **CULTURA E ENTRETENIMENTO**, 2021. Disponível em: <https://glamurama.uol.com.br/cultura-e-entretenimento/assustador-o-que-se-passa-nas-maiores-universidades-brasileiras-afirma-giuliano-cedroni-diretor-da-serie-rompen-do-silencio>. Acesso em 06/04/2023.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. Violência contra a mulher no ambiente universitário. 2015. [on line] Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pesquisa/violencia-contr-a->

12/02/2019.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Racismo no Brasil: todo mundo sabe que existe, mas ninguém acha que é racista, diz Djamila Ribeiro. Entrevista com Djamila Ribeiro, junho 2020. [on line] Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/599733-racismo-no-brasil-todo-mundo-sabe-que-existe-mas-ninguem-acha-que-e-racista-diz-djamila-ribeiro>.. Acesso em: 12/04/2023.

JEE, Jeffrey M.; GOOD, Donald W. The Clery Act: Student Awareness and Perceptions of Effectiveness at a Public University and a Private College in East Tennessee. **Journal of Academic Administration in Higher Education**. Vol.13(2). 1-8. [on line] Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/214085147.pdf>. Acesso em 12/10/2019.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAITO, Deise C.; PANÚNCIO-PINTO, M. Paula; SEVERI, Fabiana C.; VIEIRA, Elizabeth Meloni. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interface** (Botucatu). 2019; 23: <https://doi.org/10.1590/Interface.180653>. Acesso em 18/07/2022.

MAITO, Deise C., PANÚNCIO-PINTO, Maria P.; VIEIRA, Elizabeth M. Violência interpessoal no ambiente acadêmico: percepções de uma comunidade universitária. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e220105, 2022. DOI <https://doi.org/10.1590/interface.220105>. Acesso em 20/08/2022.

MARTINS, Rogéria; FRAGA, Paulo; LAWALL, Janaína S.; COSTA, Ana Paula. Violência sexual contra mulheres estudantes no ambiente universitário. O caso de uma universidade brasileira. **Sociologia Online**, n. 27, dezembro 2021, pp.99-123. DOI: <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2021.27.5> Acesso em 12/04/2023.
MINAYO, Maria Cecília S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília S. Violência – um problema de saúde para os brasileiros. Em: BRASIL. Ministério da Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005, p. 9-33. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia.pdf. Acesso em 10/02/2024.

MONTRONE, Aida V. G.; FABBRO, Marcia R. C.; DIAS, Teresa C. M.; FUSARI, Livia M.; MOREIRA, Diogo B. Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. **Revista Gênero**, Niterói, v. 21, n. 1. p. 6-23, 2. Out. 2020.

[on line] Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/46596/26705>. Acesso em 12/08/2022.

MINGO, Araceli; MORENO, Hortensia. El ocioso intento de tapar el sol con un dedo: violencia de género en la universidad. **Perfiles Educativos**, [S. l.], v. 37, n. 148, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/iisue.24486167e.2015.148.49318>. Acesso em: 08/10/2025.

PORTO, Magde. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS, Cristina *et al.* (Orgs.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. pp. 400-411.

SANTOS, Sales A. Coquetel de violências contra estudantes universitárias temperado com doses de racismo. Em: ALMEIDA, Tania M. Campos de; ZANELLO, Valeska (org). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 259-290.

SAYURI, Juliana; SICURO, Rodrigo. Abusos no Campus. **The Intercept Brasil**, 10 de dez. de 2019. [on line] Disponível em: <https://theintercept.com/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/>. Acesso em: 10/07/ 2020.

SEGATO, Rita Laura (comp). **Las estructuras elementales de la violencia**. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003. p 107-130

THEMIS. Meu Professor Abusador: Página no Facebook recebe 600 relatos de assédio em três dias. **Gênero, Justiça e Direitos Humanos**. 2016. Disponível em <https://themis.org.br/meu-professor-abusador-%C2%91pagina-no-facebook-recebe-600-relatos-de-assedio-em-tres-dias/> Acesso em 12/05/2025.

TERRA, Maria Fernanda; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas & SCHRAIBER, Lilia Blima. Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. **Athenea Digital**, 15(3), 2015, 109-125. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1538>. Acesso em 12/03/2022.

U.S. SENATE SUBCOMMITTEE. Sexual Violence on Campus. **DC Rape Crisis Center**, July 9, 2014. [on line] Disponível em: <https://www.hsgac.senate.gov/wp-content/uploads/imo/media/doc/2014-07-09%20Sexual%20Violence%20on%20Campus%20Survey%20Report%20with%20Appendix.pdf>. Acesso em 20/03/2023.

UENP. PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2019-2023. UENP. Jacarezinho, Paraná, 2019. Disponível em: https://uenp.edu.br/images/resolucao_004_2024_consuni.pdf.



Acesso em 12/03/2025.

VALLS, Rosa; OLIVER, Esther; SÁNCHEZ AROCA, Montse; RUIZ, Laura y MELGAR, Patricia ¿Violencia de género también en las universidades? Investigaciones al respecto. **Revista de Investigación Educativa**, 2007, n. 251: 219–231. Disponível em: <https://revistas.um.es/rie/article/view/96771> /Acesso em 10/05/2019.

VENTURI, Gustavo. Apresentação. Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil - Intolerância e respeito às diferenças sexuais. **Fundação Perseu Abramo**. Imprensa e Público. Análise de Pesquisas, 2010. [on line] Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/02/13/diversidade-sexual-e-homofobia-no-brasil-intolerancia-e-respeito-as-diferencas-sexuais/> Acesso em 10/05/2019.

ZALUAR, Alba; NORONHA, José C. & ALBUQUERQUE, Ceres. Violência: Pobreza ou fraqueza institucional? **Caderno Saúde Pública** – Instituto de Medicina Social da UERJ, Rio de Janeiro, nº 10, 1994, pp. 213-217. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csp/v10s1/v10sup1a16.pdf>. Acesso em 01/09/ 2024.